Acervo ISA

CEDI - 9
DATA
COD 10D00 111

PLANO PILOTO DE CONSERVAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA

Comentários sobre os documentos que subsidiam sua implantação.

Amigos da Terra – Marilia Pastuk

1. Considerações Iniciais

- Reconhece-se que está havendo, por parte do Governo Brasileiro, uma tentativa de minorar o problema ambiental da Amazônia;

- Entende-se que os comentários que seguem são construtivos, visando contribuir com esta tentativa.

2. Comentários Gerais

- Os documentos analisados não parecem compor um todo integrado. São bastante compartimentados não apresentando uma complementaridade necessária entre si. Deveriam ser explicitados objetivos, definidas metas e estabelecidas prioridades, que fossem correntes e articuladas com a política ambiental mais geral do país e que, sobretudo, os interligasse. Neste sentido questiona-se: o que a proposta de Ciência e Tecnologia tem a ver com a proposta de Projetos Demonstrativos? ou mesmo com a proposta de Apoio ao Plano? em que momento uma é complementar da outra? Como é evitada a realização futura de atividades superpostas? Como são atribuídas as diversas competências?

- Em relação às competências, ressalta-se que o papel das Organizações-Não Governamentais não é de todo esclarecido. As ONGS parecem que estariam somente envolvidas com o Plano como uma instância consultiva, não participando dos processos decisórios. O que acredita-se não seria desejável. Principalmente tendo em vista a importância do trabalho que têm desenvolvido junto as populações de mais baixa renda da região Amazônica, que as legitimam, muitas das vezes, enquanto porta-vozes de anseios e necessidades específicos.

Acervo ISA

- Pouca atenção é prestada ao conhecimento que já se tem acumulado em relação à esta região.

Na realidade - apesar de ainda obscura sob muitos aspectos - são muitos os estudos que já foram feitos acerca da mesma. Neste sentido não é possível, que mais uma vez, se esteja começando do zero. Por que ao invés de partir do desconhecido, não se parte do que já se sabe? Afinal, já se passaram pelo menos duas décadas de implantação regional/local de políticas públicas que não deram certo. E que já foram objeto da organização de vários dossiês, como àqueles feitos pelo IBASE já em duas oportunidades diferenciadas. Por que não se fazer uso deste e outros recursos, ao invés de partir para o campo para tentar investigar tudo de novo? (Ver banco de dados do CEDEPLAR, do IEA, do IDESP, do INAEA, etc.).

Acerca da Amazônia já se sabe e se sabe muito. Tanto que já é possível de se afirmar o que não se quer. Não se quer, por exemplo, mais projeto econômico sem componente ambiental envolvida. Como articular ambas políticas num mesmo programa de desenvolvimento? que programa de desenvolvimento é este?

Acredita-se que esta é a questão fundamental a ser contemplada. O que fazer, por exemplo, com o que sobrou dos grandes empreendimentos de engenharia aí implantados? o que fazer com a Perimetral Norte ou com a Tranzamazônica, que estão acabando? ou com Balbina e Samuel - que nunca chegou a funcionar? com a 3ª máquina de Tucuruí? ou com a Calha Norte?

Como se pode evitar que os mesmos sejam desdobrados? quais as alternativas existentes, que traduzam modernização econômica com bem estar social? como articulá-las?

- Neste mesmo sentido pergunta-se o porquê dos documentos supracitados não fazerem referência aos recursos que já foram dispendidos, entre outros órgãos governamentais, pela ELETRONORTE, tentando reduzir os problemas ambientais que tem produzido nesta área? O que fazer com a Estação Experimental de Balbina? Com o Projeto de Educação Ambiental de Samuel? com o Projeto de Usos Múltiplos de Tucuruí? com os Estudos Ambientais de Cachoeira Porteira?

Não seria importante resgatar o que é viável destes mesmos? Não seria interessante evitar que se perdesse mais dinheiro e energia fazendo o que já foi feito, pelo menos parcialmente? Esta questão se coloca por exemplo, relativa à proposta de estudar os quelônios da Amazônia (conforme o doc. de Apoio), será que haveria necessidade de recomeçá-los? o que fazer com os estudos feitos neste sentido para Porteira?

- Tais documentos não fazem referência igualmente aos resultados dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) relativos à implantação regional/local (de grandes projetos econômicos (de agropecuária, de mineração, de obras públicas).

Muito dinheiro público tem sido repassado às Consultoras de Engenharia, através do governo, para sua viabilização. O que fazer com estes mesmos? Por que ignorá-los? Afinal sabe-se que, pelo menos, desde 1986 quando foi promulgada a Resolução 01 do CONAMA, os mesmos vem sendo produzidos. Então não se trata agora de novamente tentar identificar impacto de projeto econômico. Trata-se sim, de implantar/monitorar soluções. Trata-se de enfatizar mecanismos de participação comunitária como viabilizar Audiências Públicas. E não teriam as ONGs um papel à cumprir também neste sentido?

3. COMENTÁRIOS ESPECÍFICOS

- Quanto ao Programa de Apoio à Implantação da Política Nacional do Meio Ambiente na Amazônia, este-conforme observado anteriormente se desdobra em cinco Sub-Programas que, por sua vez, se desdobram em uma série de Projetos envolvendo diversas atividades muitas vezes superpostas entre si, sem que fique claro a atribuição de competências específicas. Ainda que este programa assuma em caráter mais macro em termos de tratar de políticas gerais; muitas vezes (e, inaplicavelmente) apresentar projetos bem particularizados. Deveria haver uma clara explicitação dos seus objetivos gerais e específicos, da articulação dos diversos Sub Programas e Projetos entre si. Quando um Sub-Programa complementa o outro e de que forma? quais suas semelhanças? suas especificações? Neste sentido, o que o Projeto de Fiscalização e Prevenção do Sub-Programa de Avaliação, Monitoramento e Controle do Uso de Recursos Naturais, tem a ver com o Projeto

Acervo ISA

de Vigilância deste Sub-Programa? ou o que os Projetos de Educação Ambiental deste Sub-Programa tem a ver com o Sub-Programa de Educação Ambiental propriamente dito?

Tal Programa parte de pressupostos que - conforme igualmente observado anteriormente - nem sempre são confirmados. Exemplo:

1 - "ausência de um conhecimento real sobre o número de tipologia de empreendimentos econômicos na região".

2- "inexistência de parâmetros técnicos científicos de comparação".

Primeiro: comparação do que? de padrões de saúde? de qualidade do ar?

Segundo: já existem padrões internacionais, que devêm ser considerados.

Neste caso, como em inúmeros outros que pode se exemplificar, há necessidade de especificar que áreas são prioritárias para a realização de investigações descriminando aquilo que já foi feito, de novo que tem para fazer. Uma investigação nova que tem que ser realizada, por exemplo, diz respeito à busca do dados primários, em cartórios locais, para cadastramento dos imóveis localizados em Unidade de Conservação. Não se faz uma referência específica no documento desta necessidade. E quem conhece a realidade sabe que esta é fundamental.

Então, para cada caso considerado, é preciso que especialistas ou profissionais experientes na questão opinem. É preciso fazer com que as propostas apresentadas estejam ao máximo possível "coladas com a realidade". É preciso fazer com que tal documento não seja estéril. Novamente aqui se coloca explicitamente a questão de se aproveitar da experiência que já se tem.

- Com relação aos Projetos Demonstrativos parceria interessante inicialmente definir com maior precisão o que estes viriam a demonstrar, para quem? em que situações os mesmos poderiam ser generalizados?

Acervo ISA

Caso contrário, acredita-se que poderiam tratar-se de situações muito particulares - relacionadas com "casos específicos" - aplicáveis a situações-únicas. E por que só a SUDAM está fazendo pré-seleção das áreas ? As ONGs não poderiam participar?

Também seria interessante, que se pensasse Projetos desta natureza, relacionados com os próprios Projetos vinculados ao Programa de Apoio à Política Nacional de Meio Ambiente; ou seja, Projetos Demonstrativos de fiscalização e monitoramento; de gestão institucional de educação ambiental; de integração setorial.

Seria igualmente válido resgatar experiências positivas já realizadas, que poderiam ser expandidas, como por exemplo, o controle do desmatamento no Estado do Acre, que a FUNTAC tem realizado, através de sistema computadorizado, assessorando à Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Finalmente, o próprio conceito de desenvolvimento auto-sustentado, que é utilizado por diversas vezes no documento em questão, precisaria ser explicitado. Ou seja, o que se entende pelo mesmo? qual a experiência concreta que se tem neste sentido? onde foi realizada? por que? para quem? como? qual a viabilidade de ser expandido?

- Quanto à proposta do documento de Ciência e Tecnologia de criação regional de vários Centros de Excelência, parece pouco viável de concretizar, até por que "deslocada" da realidade. Haveria clientela para tais Centros? O que fazer com os, aproximadamente, 70% de analfabetos que vivem nas zonas rurais desta região? Por outro lado, o que fazer com o INPA, que talvez deixe de existir por falta de verbas? Por que não somente buscar consolidar os centros já existentes fortalecendo/ampliando-os? Por que não implantar/expandir Projetos de Educação Popular? Por que não aproveitar da experiência que as instituições sejam governamentais, não governamentais já têm acumulada neste sentido? Talvez a iniciativa de criação de um único Centro de Excelência seja viável. Neste caso, esforços haveriam que ser concentrados.